

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DA INTRODUÇÃO

1.1. Nos termos do inciso II do art. 18, combinado com o inciso I do art. 72, ambos da Lei nº 14.133/2021, este Termo de Referência tem por finalidade apresentar, de forma clara e detalhada, a definição do objeto a ser contratado, de modo a orientar os interessados e subsidiar a elaboração de propostas de preços.

1.2. Por oportuno, registre-se que, neste Termo de Referência, serão observados os parâmetros e elementos descritivos, conforme disposto no inciso XXIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Assim, serão descritas no Termo de Referência as obrigações da empresa a ser contratada para prestação dos serviços objeto da contratação, requisitos para participação, exigências para habilitação, entre outros, conforme passa-se a expor.

### 2. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços fotográficos, com deslocamento de estúdio móvel, para sessão de fotos dos Vereadores da legislatura 2025/2028 e confecção de quadros fotográficos no tamanho 60X80 CM. para Galeria dos Vereadores, 37X47 CM. para os Gabinetes, 37X47 CM. para a Presidência e plaquetas de identificação para a bancada do Plenário da Câmara Municipal de Araripina/PE, conforme especificações descritas neste Termo de Referência.

### 3. DA FUNDAMENTO JURÍDICO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência terá como fundamento o enquadramento do valor global a ser contratado nos limites de dispensa de licitação previstos no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. O procedimento será instruído com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público, com observância das regras estabelecidas pela nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

### 4. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de atualização e organização visual da Galeria dos Vereadores, dos Gabinetes Parlamentares, da Presidência e do Plenário da Câmara Municipal de Araripina/PE, por meio da produção de fotografias oficiais dos Vereadores da legislatura 2025/2028, garantindo a adequada identificação institucional e o registro histórico da composição legislativa.

4.2. As fotografias oficiais são utilizadas para fins de representação institucional, divulgação pública, controle interno e valorização do exercício parlamentar, sendo, portanto, fundamentais para a transparência, publicidade e memória institucional da Câmara.

4.3. A execução interna dos serviços não é viável, haja vista a ausência de estrutura própria e de pessoal técnico capacitado no âmbito da Câmara Municipal, especialmente quanto ao fornecimento de estúdio móvel, captação de imagens com qualidade profissional, edição, confecção e moldura dos quadros fotográficos, bem como a produção das respectivas plaquetas de identificação.

4.4. A contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mostra-se adequada diante do valor estimado e da natureza específica do serviço, permitindo o atendimento eficiente da demanda institucional, de forma compatível com os princípios que regem a administração pública.

4.5. Destaca-se, por fim, que a contratação proposta atende aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, assegurando a padronização visual, a preservação da identidade institucional e o adequado reconhecimento dos agentes políticos em exercício, promovendo ainda o zelo com o patrimônio e a imagem pública da Casa Legislativa.

## **5. DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO**

5.1. Na contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, não será admitida a subcontratação, nos termos do § 2º do artigo 122 da Lei nº 14.133/2021.

## **6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO**

6.1. A participação nesta dispensa de licitação ocorrerá por meio de envio de proposta no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da sua disponibilidade no site oficial da Câmara Municipal de Araripina/PE, devendo a proposta ser encaminhada via e-mail para [licitacao@araripina.pe.leg.br](mailto:licitacao@araripina.pe.leg.br) ou protocolada na sede da Câmara Municipal, no endereço informado no rodapé.

6.2. A empresa interessada em participar do procedimento será responsável por todas as informações e documentos apresentados, não cabendo à Câmara Municipal de Araripina/PE responsabilidade por danos decorrentes de dados incorretos ou documentos inconsistentes.

6.3. Não poderão participar da dispensa de licitação as empresas que:

6.3.1. Não atendam às condições previstas neste Termo de Referência;

6.3.2. Sejam estrangeiras sem representação legal no Brasil com poderes para responder administrativa ou judicialmente;

6.3.3. Sejam autoras de projeto básico ou executivo relacionado ao objeto, ou tenham vínculo com seu autor;

6.3.4. Se encontrem impedidas de contratar com o Poder Público em virtude de penalidade vigente;

6.3.5. Mantenham vínculo técnico, comercial ou familiar com dirigente do órgão ou agente responsável pela contratação;

6.3.6. Sejam controladoras, controladas ou coligadas concorrendo entre si;

6.3.7. Tenham sido condenadas por exploração de trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo ou contratação de adolescentes em desacordo com a legislação;

6.3.8. Sejam integrantes do mesmo grupo econômico do autor do projeto ou de empresa participante;

6.3.9. Sejam OSCIPs atuando nessa condição.

6.4. Para a prestação dos serviços de fotografia e confecção de quadros fotográficos, a empresa a ser contratada deverá executar, com recursos técnicos e humanos próprios, no mínimo, as seguintes obrigações:

6.4.1. Manter atualizada a Galeria dos Vereadores, instrumento tradicional de memória institucional;

6.4.2. Identificar adequadamente os Gabinetes e as posições no Plenário;

6.4.3. Preservar o padrão estético, organizacional e histórico da Casa Legislativa.

6.4.4. Emitir nota fiscal discriminando os serviços, com garantia mínima de 90 (noventa) dias;

6.4.5. Disponibilizar mão de obra técnica qualificada e equipamentos adequados à execução dos serviços.

6.5. O instrumento contratual a ser celebrado, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da Contratada com terceiros, sem autorização prévia e expressa da Administração, sob pena de aplicação de sanções administrativas, inclusive rescisão contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. São obrigações da Câmara Municipal de Araripina/PE, na qualidade de contratante:

a) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros necessários para custear os serviços contratados;

b) Efetuar o pagamento à Contratada conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, no prazo legal, após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada;

c) Proceder ao atesto da Nota Fiscal e do relatório de execução dos serviços por servidor designado, mediante verificação da conformidade com o objeto contratado;

d) Disponibilizar o espaço e autorização à contratada para execução dos serviços, após emissão da ordem de serviço;

e) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados por meio de servidor formalmente designado, garantindo que sejam observados os parâmetros de qualidade, prazos e condições estabelecidos;

f) Prestar tempestivamente as informações e esclarecimentos necessários à execução adequada do objeto contratual;

g) Comunicar formalmente à contratada qualquer irregularidade ou descumprimento identificado na execução do contrato, solicitando as correções cabíveis no prazo legal.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. São obrigações da empresa contratada:

- a) Executar integralmente os serviços de fotografia e confecção de quadros fotográficos, conforme descrito neste Termo de Referência, empregando materiais e mão de obra de qualidade e observando os prazos e condições pactuados;
- b) Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;
- c) Utilizar exclusivamente material novo, compatíveis com as especificações técnicas para os serviços;
- d) Realizar os serviços de forma segura, eficiente e com qualidade técnica, por meio de profissionais qualificados e devidamente habilitados para a atividade;
- e) Emitir nota fiscal discriminada, contendo a descrição dos serviços prestados;
- f) Garantir, no mínimo, 90 (noventa) dias os serviços executados e materiais fornecidos, conforme legislação vigente aplicável;
- g) Responder, civil e administrativamente, por quaisquer danos decorrentes de imperícia, imprudência ou negligência de seus prepostos na execução dos serviços;
- h) Manter durante a vigência contratual todas as condições de habilitação exigidas no processo de contratação;
- i) Comunicar formalmente à Câmara qualquer fato que possa comprometer, total ou parcialmente, a execução dos serviços;
- j) Cumprir, rigorosamente, todas as normas legais, ambientais, de segurança e de responsabilidade técnica aplicáveis aos serviços de fotografia e confecção de quadros fotográficos;
- k) Executar os serviços de fotografia e confecção de quadros fotográficos em perfeitas condições técnicas;
- l) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da contratação sem autorização expressa da Administração, sob pena de rescisão contratual.

## **9. DO REGIME E CONTROLE DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

9.1. A execução dos serviços de que trata o presente Termo de Referência será objeto de controle, acompanhamento e fiscalização, com a finalidade de verificar a conformidade da prestação dos serviços, assegurando o fiel cumprimento das cláusulas contratuais, devendo ser exercida por um ou mais representantes da Contratante, formalmente designados, nos termos dos artigos 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O(s) representante(s) da Contratante deverá(ão) possuir experiência e conhecimento compatível com o objeto contratado, sendo responsável(is) pela verificação da correta execução do serviço, especialmente no que diz respeito à qualidade dos materiais utilizados, aos prazos de entrega e à conclusão dos quadros.

9.3. A fiscalização consistirá na:

- a) Acompanhamento do serviço executado e do recebimento dos quadros;
- b) Registro de todas as ocorrências relevantes para controle da execução contratual;
- c) Verificação da entrega dos quadros e plaquetas;
- d) Comunicação à autoridade competente, caso se constate qualquer não conformidade, para fins de aplicação das sanções cabíveis.

9.4. A atuação da fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela perfeita execução do objeto, nem transfere à Administração quaisquer ônus por vícios ou falhas nos serviços ou materiais fornecidos.

## **10. DA GESTÃO DO CONTRATO**

10.1. A gestão do contrato decorrente desta contratação será exercida por servidor designado por meio de portaria da Presidência da Câmara Municipal de Araripina/PE, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Compete ao gestor do contrato:

- a) Acompanhar e supervisionar a execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
- b) Atuar preventivamente para evitar a ocorrência de falhas ou irregularidades na execução do objeto contratado;
- c) Emitir parecer técnico sobre a regularidade dos serviços prestados, para fins de atesto da nota fiscal;
- d) Solicitar providências à contratada em caso de inexecução parcial ou total das obrigações assumidas;
- e) Comunicar imediatamente à autoridade competente quaisquer ocorrências que possam ensejar sanções administrativas, rescisão contratual ou glosa de valores;
- f) Manter registro formal de todas as etapas da execução do contrato, inclusive eventuais intercorrências, prorrogações ou modificações contratuais.

## **11. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR**

11.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR, nos termos do artigo 141 da Lei nº 14.133/2021, será o documento que comprovará o cumprimento, pela contratada, das obrigações pactuadas, e servirá de base para a liberação do pagamento.

11.2. O IMR consistirá no conjunto dos seguintes documentos, que deverão ser apresentados ao setor responsável pela fiscalização:

- a) Nota Fiscal discriminada, com descrição clara dos serviços executados;
- b) Termo de recebimento provisório e definitivo dos serviços de fotografia e confecção de quadros fotográficos, assinado por servidor designado;
- c) Termo de garantia dos serviços.

11.3. O pagamento somente será autorizado após o atesto do IMR pelo fiscal do contrato, atestando que os serviços foram executados de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

## **12. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

12.1. Da forma dos serviços:

12.1.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se como serviços auxiliares à área administrativa da Câmara Municipal de Araripina/PE, voltados à preservação da memória



institucional e à identificação formal dos membros do Poder Legislativo, por meio da produção e afixação de registros fotográficos oficiais.

12.1.2. Embora o objeto não se caracterize como serviço continuado, reveste-se de caráter institucional e necessário, tendo em vista a demanda pela realização de sessão fotográfica com estúdio móvel, confecção de quadros fotográficos nos formatos 60x80 cm (Galeria dos Vereadores), 37x47 cm (Gabinetes e Presidência), bem como a produção de plaquetas de identificação para a bancada do Plenário, referentes à legislatura 2025/2028, assegurando a adequada identificação e representação dos parlamentares no âmbito da Câmara Municipal.

12.1.3. A prestação dos serviços não gera qualquer vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### 12.2. Dos critérios de seleção:

12.2.1. A seleção observará as disposições normativas e legais aplicáveis às contratações públicas, em especial a Lei nº 14.133/2021, e os seguintes critérios:

##### 12.2.1.1. Histórico da empresa no mercado

a) Será considerada a experiência comprovada da empresa em serviços de fotografia e confecção de quadros fotográficos, preferencialmente com fornecimento a órgãos públicos ou empresas privadas de médio/grande porte.

##### 12.2.1.2. Capacidade financeira

a) Serão analisados indícios de inadimplência, endividamento ou restrições que indiquem risco à execução contratual.

b) Esse critério poderá ser verificado tanto na fase de seleção quanto durante a vigência do contrato.

##### 12.2.1.3. Capacidade produtiva

a) A empresa deverá comprovar condições de atender à demanda com qualidade, dentro do prazo estipulado, e com mão de obra técnica compatível com o objeto da contratação.

##### 12.2.1.4. Nível de adoção de boas práticas

a) A contratante poderá considerar indicadores de qualidade do serviço prestado por meio de atestados, registros de satisfação e reputação no mercado. Esse critério poderá ser eliminatório.

##### 12.2.1.5. Custos e flexibilidade

a) Será avaliado o custo-benefício do valor ofertado, bem como a capacidade da contratada de adequar-se a eventuais modificações contratuais necessárias durante a execução do objeto.

#### 12.3. Dos critérios de habilitação:

12.3.1. A empresa deverá apresentar, para fins de habilitação, os documentos previstos nos incisos I a IV do artigo 62 da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:

##### **Habilitação Jurídica:**

a) Contrato social ou instrumento equivalente devidamente registrado, conforme natureza jurídica;

b) Prova de inscrição no CPF do representante legal;

c) Procuração, se o representante legal não constar no contrato social.

##### **Qualificação Técnico-Profissional:**

a) Atestado(s) de capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

b) O(s) atestado(s) deverá(ão) conter nome empresarial, CNPJ, endereço completo e estar emitido em papel timbrado;

c) Declaração de ciência quanto às condições locais de execução do objeto.

**Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no CNPJ/MF;
- b) Certidão conjunta da Receita Federal e PGFN;
- c) Certidões de regularidade fiscal estadual e municipal;
- d) Certidão de regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;
- f) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes, se aplicável;
- g) Declaração de cumprimento do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (trabalho infantil).

**Habilitação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão Negativa de Ações Cíveis (PJe), de 1º e 2º Grau, específica para licitação.

**Documentos Complementares:**

- a) Declaração unificada para fins de habilitação.

12.3.1.1. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida, ainda que com restrições.

12.3.1.2. Caso haja restrições fiscais, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização.

12.3.1.3. O não saneamento da documentação no prazo implicará decadência do direito à contratação.

12.3.2. Os documentos exigidos deverão ter sido emitidos há no máximo 30 (trinta) dias, salvo se constar prazo de validade expressamente fixado pelo órgão expedidor.

12.4. Critérios de aceitabilidade dos preços propostos

- a) Serão admitidos apenas os preços compatíveis com a estimativa de custos constantes da pesquisa de preços, anexa a este Termo de Referência;
- b) Não serão aceitas propostas com preços manifestamente inexequíveis ou irrisórios, nos termos do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021;
- c) A Administração poderá solicitar memoriais de cálculo, notas fiscais, contratos anteriores e demais documentos que comprovem a viabilidade do valor proposto.

### **13. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

13.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto a três prestadores locais, especializados na prestação de serviços de fotografia e confecção de quadros fotográficos, conforme orçamentos anexos a este Termo de Referência.

ITEM	OBSERVAÇÃO	Qntde.	FORTCRIAÇÕES LTDA		PRODIGI PRODUÇÕES E DESIGN		GRAFFITI CRIAÇÕES		MÉDIA	
			V. Unitário	V. Total	V. Unitário	V. Total	V. Unitário	V. Total	V. Unitário	V. Total
1	SERVIÇO FOTOGRÁFICO COM DESLOCAMENTO DE ESTÚDIO MÓVEL, PARA SESSÃO FOTOS DOS VEREADORES DA NOVA LEGISLATURA E CONFEÇÃO DE 01 QUADRO FOTOGRÁFICO DA GALERIA DOS VEREADORES EM MOLDURA DE ALUMÍNIO E VIDRO NO TAMANHO. 60X80 CM.	1	R\$4.400,00	R\$4.400,00	R\$4.000,00	R\$4.000,00	R\$4.200,00	R\$4.200,00	R\$4.200,00	R\$4.200,00
2	QUADRO FOTOGRÁFICO DA GALERIA DOS VEREADORES EM MOLDURA DE ALUMÍNIO E VIDRO NO TAMANHO 37X47 CM. PARA GABINETES.	17	R\$300,00	R\$5.100,00	R\$280,00	R\$4.760,00	R\$290,00	R\$4.930,00	R\$290,00	R\$4.930,00
3	QUADRO FOTO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, EM MOLDURA DE ALUMÍNIO E VIDRO TAMANHO. 37X47 CM. PARA GABINETE	2	R\$300,00	R\$600,00	R\$280,00	R\$560,00	R\$290,00	R\$580,00	R\$290,00	R\$580,00
4	PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO, EM ACRÍLICO, VIDRO E INOX, CONTENDO FOTOS ESCUDOS E LEGENDAS PARA USO NA BANCADA DO PLENÁRIO DA CÂMARA.	17	R\$280,00	R\$4.760,00	R\$250,00	R\$4.250,00	R\$260,00	R\$4.420,00	R\$263,33	R\$4.476,67
TOTAL			R\$5.280,00	R\$14.860,00	R\$4.810,00	R\$13.570,00	R\$5.040,00	R\$14.130,00	R\$5.043,33	R\$14.186,67

<b>Empresa</b>	<b>Valor Orçado</b>
FORTCRIAÇÕES LTDA	R\$ 14.860,00
PRODIGI PRODUÇÕES E DESIGN	R\$ 13.570,00
GRAFFITI CRIAÇÕES	R\$ 14.130,00
<b>Média Aritmética</b>	<b>R\$ 14.186,67</b>

13.2. Assim, o valor estimado da contratação é de R\$ 14.186,67 (catorze mil cento e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

## 14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.2. Os recursos para fazer face às despesas decorrentes deste processo correrão por conta da dotação orçamentária consignada no Orçamento da Câmara Municipal de Araripina/PE, para o exercício de 2025.

11 Câmara Municipal de Araripina  
01 Poder Legislativo  
01.01 Câmara Municipal  
01.031.0001.2001.0000 Manutenção das Atividades do Legislativo  
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, a Câmara Municipal de Araripina/PE poderá, assegurando sempre o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- advertência;
- multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;



d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

A Administração, ao aprovar o Termo de Referência, dará publicidade no endereço eletrônico oficial pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, especificando o objeto pretendido e manifestando interesse em obter propostas de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, conforme dispõe o § 3º, inciso XVI, do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

Araripina/PE, 10 de julho de 2025.

**Silvio Romero da Silva**  
Agente Administrativo

De acordo

**Francisco Edivaldo Alves Pereira**  
Presidente da Câmara Municipal de Araripina/PE